

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades



A alimentação contemporânea, principalmente no espaço urbano, é marcada por uma desconexão entre os indivíduos, os alimentos e o próprio ato de comer. Como consequência do processo de industrialização da alimentação há um distanciamento do ciclo de vida dos alimentos e uma padronização dos alimentos consumidos, além de uma perda de sentido sobre o que se come e como se come.

Neste contexto, as hortas surgem como espaços estratégicos para promover a saúde no território. Elas propiciam a troca de saberes e o fortalecimento de uma concepção holística de saúde, estimulando a autonomia, o autocuidado e a participação social. As hortas revelam ainda um valioso potencial de aprendizagem e podem ser usadas como um instrumento para apoiar a conexão entre o cultivo de alimentos e hábitos alimentares saudáveis. Além disso, unem e fortalecem o trabalho sobre temas ambientais, alimentares e dietéticos em uma mesma atividade.

Ao promoverem um aprendizado coletivo por meio da vivência e da experimentação, as hortas urbanas podem ser vistas como um espaço repleto de oportunidades

para a prática da alimentação adequada e saudável. Ademais, podem favorecer o acesso a alimentos frescos produzidos de forma sustentável e com respeito à biodiversidade e à cultura alimentar. Assim, contribuem para a promoção de uma alimentação adequada e saudável e para a construção de territórios e cidades saudáveis e sustentáveis.

Assumindo as hortas urbanas como uma inovação integradora da alimentação adequada e saudável, da segurança alimentar e nutricional e da promoção da saúde, este livro busca apoiar pesquisadores e profissionais, contribuindo para a qualificação do uso das hortas como estratégia eficaz na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional nas cidades.

Boa Leitura!

Mariana Tarricone Garcia
Cláudia Maria Bógus
Denise Eugenia Pereira Coelho

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

Instituto de Saúde

Rua Santo Antonio, 590 – Bela Vista

São Paulo-SP – CEP: 01314-000

Tel.: (11) 3116-8500

www.isaude.sp.gov.br

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo**Secretário de Estado da Saúde de São Paulo**

Eleuses Paiva

Instituto de Saúde**Diretora do Instituto de Saúde**

Sílvia Helena Bastos de Paula

**Diretora do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
para o SUS-SP**

Claudia Malinverni

**Diretora do Centro de Tecnologias de Saúde
para o SUS/SP**

Maritsa Carla de Bortoli

Diretor do Centro de Apoio Técnico-Científico

Samuel Antenor

Diretora do Centro de Gerenciamento Administrativo

Bianca de Mattos Santos

Coleção Temas em Saúde Coletiva**Volume 36 – Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades**

ISBN 85-88169-01-0 Coleção Temas em Saúde Coletiva

ISBN 978-65-997616-8-3

Tiragem: 500 exemplares

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

Organização: Mariana Tarricone Garcia, Cláudia Maria Bógus, Denise Eugenia Pereira Coelho

Edição: Samuel Antenor

Imagem da capa: Fábio H. Lima Jr.

Revisão: Fator Gestão Ltda.

Editoração, capa e tratamento de imagens:
Fator Gestão Ltda.

Impressão: Colorsisthem

Comunicação

Evelyn Karla Lira Viana

Administração

Bianca de Mattos Santos

Conselho Editorial Executivo

Bianca de Mattos Santos

Cláudia Malinverni

Evelyn Karla Lira Viana

Fabiana Santos Lucena

Maria Izabel Sanches Costa

Maria Thereza Bonilha Dubugras

Mariana Tarricone Garcia

Monica Martins de Oliveira Viana

Monique Borba Cerqueira

Samuel Antenor

Sílvia Helena Bastos de Paula

Tania Izabel de Andrade

Bibliotecária

Tania Izabel de Andrade

Este livro não pode ser comercializado e sua distribuição é gratuita.

A versão online está disponível no site www.saude.sp.gov.br/instituto-de-saude/producaoeditorial/temas-em-saude-coletiva.

FICHA CATALOGRÁFICA

É permitida a reprodução total ou parcial para fins pessoais, científicos ou acadêmicos, autorizada pelo autor, mediante citação completa da fonte.

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Saúde - IS

H821

Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades / organizadores: Mariana Tarricone Garcia, Cláudia Maria Bógus, Denise Eugenia Pereira Coelho – São Paulo: Instituto de Saúde, 2024.

384 p. (Temas em saúde coletiva; 36)

Vários autores.

Inclui bibliografia ao final de cada capítulo.

ISBN 978-65-997616-8-3

1. Promoção da saúde 2. Segurança alimentar e nutricional 3. Agricultura urbana 4. Sistema alimentar sustentável I. Garcia, Mariana Tarricone. II. Bógus, Cláudia M. III. Coelho, Denise Eugenia Pereira IV. Série.

CDD 614

Bibliotecária: Tania Izabel de Andrade – CRB/8 7241

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

**Mariana Tarricone Garcia
Cláudia Maria Bógus
Denise Eugenia Pereira Coelho
Organizadoras**

**Instituto de Saúde
São Paulo – 2024**

Sumário

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

Prefácio: Maria Rita Marques de Oliveira.....9

Autores da Obra 17

Parte I – Fundamentos teóricos dos campos da Promoção da Saúde, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia

1. Tecendo o enfoque da alimentação adequada e saudável na perspectiva brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)

Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas
e Silvia do Amaral Rigon 29

2. Raízes da agroecologia e suas convergências na Promoção da Saúde e Soberania Alimentar no Brasil

Fernanda Savicki de Almeida
e Marina Augusta Tauil Bernardo 49

3. Aproximações e interfaces entre Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Denise Eugenia Pereira Coelho
e Cláudia Maria Bógus 69

Parte II - Sistemas e ambientes alimentares no contexto urbano

4. Sistemas agroalimentares e alimentação contemporânea

Vanessa Daufenback 87

5. Os ambientes alimentares e as hortas urbanas

Mariana Tarricone Garcia e Jessica Vaz Franco 107

6. Sistemas alimentares inter-relacionados e coexistentes em regiões metropolitanas

Larissa Loures Mendes, Milene Cristine Pessoa, Luana Lara Rocha, Mariana Zogbi Jardim e Melissa Luciana de Araújo 135

7. Territórios saudáveis e sustentáveis: agriculturas urbanas, agroecologia e a produção do espaço urbano

Heloisa Costa, Daniela Almeida, Diana Rodrigues e Marina Coimbra 151

Parte III - A agricultura urbana e suas articulações com agendas contemporâneas e políticas públicas

8. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as hortas

Ana Maria Bertolini, Alisson Diego Machado e Aline Martins de Carvalho 173

9. Enlaces entre agricultura urbana, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Cláudia Maria Bógus, Mariana Tarricone Garcia, Denise Eugenia Pereira Coelho, Jessica Vaz Franco, Natália Gebrim Doria e Roberta Maria Miranda Ribeiro 187

10. Políticas públicas de agricultura urbana: trajetória, aprendizados e desafios

André Ruoppolo Biazoti e Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão 205

Parte IV - Relatos de experiências em hortas urbanas

11. Hortas nas Unidades Básicas de Saúde do município de Guarulhos

Silvia Rosana dos Santos e Ana Paula Branco do Nascimento 225

12. Hortas comunitárias em escolas

Roberta Maria Miranda Ribeiro e Cláudia Maria Bógus 239

13. Defesa do território na Promoção da Saúde: a luta pelo acesso à terra na Horta das Flores (SP)

André Ruoppolo Biazoti 249

14. Produção e implantação de cultivo orgânico biodiverso de vegetais em um hospital urbano para a alimentação hospitalar	
Guilherme Reis Ranieri, João Padula, Mauro Spalding, Fernanda Carvalho, Tatiana Bononi e Ana Flávia Borges Badue	263
15. Uma leitura sobre o projeto Cultivando Horizontes	
Leticia Machado, Bernardo Teixeira Cury e Maria Paula de Albuquerque	277
16. Cooperapas: origens, desafios e uma possibilidade de organização cooperativa de agricultores do município de São Paulo	
Valeria de Marcos e Angélica Campos Nakamura	295
17. Hortas urbanas e ativismo	
Gustavo Nagib	307
18. Políticas públicas exitosas de fomento à agricultura urbana – o caso de Belo Horizonte	
Darklane Rodrigues Dias, Edglênia Lopes do Nascimento e Ana Maria Caetano Pereira	321
19. Uma experiência agroalimentar no ambiente urbano: o caso da Cooperacra em Americana/SP	
Natália Gebrim Doria e Paulo Eduardo Moruzzi Marques	339
20. Experiências de protagonismo feminino na agricultura urbana agroecológica da cidade de São Paulo	
Laura Martins de Carvalho, Clara Ribeiro Camargo e Márcia Tait Lima	355
21. Horta comunitária da Faculdade de Saúde Pública da USP	
Cláudia Maria Bógus, Denise Eugenia Pereira Coelho, Mariana Tarricone Garcia, Adriana Fiorussi Higino, Flávia Negri, Samantha Marques Vasconcelos Bonfim e Iris Hunnicutt Bazilli	369
Índice Remissivo	381

Hortas urbanas e ativismo

Gustavo Nagib^{I,II}



Horta do CCSP, localizada no telhado verde do respectivo centro cultural, na Vergueiro (Zona Central da cidade de São Paulo). São Paulo-SP. Fotografia de março de 2020.

Crédito: Gustavo Nagib

Introdução

Reconhecendo o vasto espectro socioespacial que contempla a pluralidade de práticas de agricultura urbana, este capítulo tem por objetivo demonstrar a relação entre um tipo de ativismo e a materialização de hortas comunitárias na cidade de São Paulo, a partir da década de 2010. Para tal, versaremos sobre experiências localizadas em espaços públicos

-
- I Gustavo Nagib é geógrafo, pós-doutorando na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados da USP. gusanagib@icloud.com
- II Processo nº 2022/08290-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vinculado ao projeto temático "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, vetores, ritmos e formas (FragUrb)", financiado pela FAPESP, processo nº 2018/07701-8. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

institucionais ou de livre acesso, sem fins comerciais, atreladas ao surgimento, em 2011, de uma rede ativista denominada “Hortelões Urbanos”.

Apresentar-se-á, assim, o processo de estruturação da referida rede, cujo papel voltou-se ao fomento do debate público e à troca de informações sobre a autoprodução de alimentos dentro da cidade e a promoção da horticultura comunitária. A partir da divulgação de experiências incipientes de cultivos domésticos pela rede social *Facebook*, organizaram-se, progressivamente, ações coletivas para a ocupação hortícola de porções de praças públicas, terrenos públicos sem uso definido e áreas disponíveis ou subutilizadas em espaços institucionais, valorizando a permacultura e a agroecologia.

Dada a capilaridade da rede Hortelões Urbanos, o capítulo também abordará a consequente articulação política entre as experiências de hortas comunitárias que se perenizaram ao longo da década de 2010 na cidade de São Paulo, culminando, em 2018, na criação da União de Hortas Comunitárias de São Paulo (UHCSP). Esta última reúne uma dezena de iniciativas a fim de promover a ajuda mútua, a resolução de problemas comuns e o fortalecimento político da horticultura comunitária em espaços públicos da capital paulista.

A partir de conteúdo textual derivado da dissertação de mestrado e da tese de doutorado deste autor, cujas pesquisas foram essencialmente qualitativas, de base empírica e participativas, espera-se demonstrar, neste capítulo, como a relação entre horta urbana e ativismo vincula-se a um processo de politização socioespacial, que visa à apropriação pacífica do espaço público, à reconexão com os ciclos da natureza e a conferir uma utilidade comum ao solo urbano¹⁻².

Breve contextualização da agricultura urbana como ativismo

A agricultura urbana caracteriza-se por sua multifuncionalidade e pluralidade³. Trata-se de uma prática social que pode estar atrelada, por exemplo, à geração de renda, ao abastecimento alimentar, a atividades pedagógicas e de lazer, ou a políticas de segurança alimentar e nutricional⁴. Concomitantemente, sua materialização apresenta diferentes formas e ocorre nos mais variados locais dentro e no entorno das cidades

Hortelões Urbanos e União de Hortas Comunitárias de São Paulo (UHCSP)

Localização:

Hortas comunitárias localizadas em diferentes bairros da cidade de São Paulo

Ocorre desde:

A rede dos Hortelões Urbanos se estruturou em 2011 e da UHCSP, em 2018

Objetivos:

Promover a horticultura comunitária dentro da cidade, a partir da ajuda mútua, da resolução de problemas comuns e do fortalecimento político das hortas comunitárias localizadas destacadamente em espaços públicos

Participantes:

Redes de ativistas e hortelões urbanos de diferentes bairros e perfis socioeconômicos

Órgãos/Organizações responsáveis:

Coletivos independentes e não institucionalizados, compostos por cidadãos de diferentes bairros da capital paulista

Parcerias:

Cada coletivo de horta geralmente se organiza e atua autonomamente, sem que haja propriamente a formalização de parcerias, mas podem ocorrer acordos de uso do espaço entre os hortelões e as instituições nas quais se localizam as hortas comunitárias e/ou o poder público local

– áreas intra ou periurbanas: diretamente no solo local ou em estruturas suspensas; por meio de diversos métodos de cultivo em solo, em estufas, aquaponia, aeroponia etc.; seja em espaços públicos ou privados; em áreas diminutas ou em maiores extensões de terra; a céu aberto, tais como telhados verdes e sob linhas de transmissão de energia (linhões), ou em ambientes fechados com iluminação artificial, como garagens subterrâneas e fazendas verticais dentro de edifícios. Incluem-se, ainda, uma gama tipológica que abrange pequenas propriedades orientadas à produção comercial, cultivos em fundo de quintal, hortas comunitárias, hortas pedagógicas, *startups* e fazendas urbanas etc.²⁻³.

Dentre as razões que levam à materialização da agricultura urbana, pode-se destacar, ainda, um tipo de ativismo que visa à ocupação de espaços públicos para fins de horticultura comunitária, indicando a existência de uma *agricultura urbana como ativismo*, que também não deixa de englobar uma diversidade de iniciativas resultantes das várias formas possíveis de engajamento dos cidadãos no e com o espaço urbano². O processo histórico revela que a ocupação de terras públicas ou privadas para fins hortícolas, dentro da cidade, não é recente. O primeiro registro no Ocidente data de 1649, em Surrey (Inglaterra), quando um grupo de habitantes conhecidos como *diggers* (“escavadores”), sob a liderança do empobrecido comerciante de tecidos, Gerrard Winstanley, decidiu

ocupar uma colina para reivindicar o direito de produzir seus próprios alimentos⁵. Com as lentes do nosso tempo, tal episódio pode ser interpretado como uma forma de resistência pacífica à lógica da propriedade privada e de luta pela garantia da segurança alimentar daquele coletivo.

Séculos depois, em fins da década de 1960 e início da década de 1970, os movimentos contraculturais fariam deste tipo de ação uma bandeira do ativismo em prol da alimentação saudável, da autonomia comunitária e da apropriação coletiva dos espaços públicos em grandes cidades nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá. Em 1973, a artista plástica nova-iorquina Liz Christy veio a batizar seu grupo de ativistas de *green guerrillas* (“guerrilheiros verdes”), difundindo-se, assim, a expressão *guerrilla gardening* (horticultura ou jardinagem de guerrilha) para designar a ocupação de uma área para fins de horticultura ou jardinagem sem autorização prévia do proprietário da terra⁶.

A existência de uma horticultura urbana ativista, entretanto, não se resume às ações de *guerrilla gardening*, uma vez que o ativismo nem sempre se revela pela ocupação de terras urbanas sem prévia autorização, pois mesmo quando (in)formalmente autorizadas, hortas comunitárias podem continuar representando material e simbolicamente o processo de luta pela: reapropriação cidadã dos espaços públicos; defesa da agroecologia, da permacultura e da agricultura orgânica; reconexão dos cidadãos com os ciclos da natureza; valorização das chamadas “plantas alimentícias não convencionais – PANC”⁷; gestão horizontal e coletiva dos espaços de cultivo; compartilhamento dos alimentos colhidos; democracia participativa e ampliação dos canais de diálogo com o poder público etc.

Na cidade de São Paulo, um dos exemplos mais emblemáticos da materialização da *agricultura urbana* como ativismo decorre da estruturação da rede dos Hortelões Urbanos e do surgimento de um conjunto de hortas comunitárias, que sinalizaram novas formas de articulação e engajamento entre cidadãos, que serão, enfim, abordados a seguir.

Hortelões Urbanos: ciberativismo e mão na terra

Surgiu em 2011, na cidade de São Paulo, a rede denominada “Hor-

telões Urbanos”. Tratou-se do pontapé inicial para reunir aficionados por agricultura urbana e cidadãos dispostos a iniciar o cultivo de alimentos em espaços públicos. Os Hortelões Urbanos ganharam vida como um grupo de livre acesso, no Facebook, para a troca de experiências e informações sobre horticultura de escala doméstica ou comunitária, graças à iniciativa das jornalistas Tatiana Achcar e Claudia Visoni, que, juntas, ministraram *workshops* sobre temas de sustentabilidade urbana, dentre eles, sobre agricultura urbana.

Foi em uma viagem a San Francisco (EUA) que Tatiana Achcar identificou a atenção que o poder público local dava às hortas comunitárias, ao disponibilizar infraestruturas básicas à materialização deste tipo de iniciativa, mantendo um departamento municipal especificamente para supervisioná-las. Considerando o contexto paulistano, a experiência estadunidense serviria para ampliar o debate sobre as formas de uso e apropriação dos espaços públicos na cidade. Batizar aquela ideia original com o termo “hortelão” deixaria claro, assim, que se tratava de vislumbrar a materialização de hortas urbanas, diferenciando-se e, ao mesmo tempo, demonstrando respeito e conhecimento pelo trabalho realizado por agricultores profissionais. Dada a apropriação do termo “hortelão” por pessoas que cultivam alimentos em espaços públicos ou privados da cidade, opta-se por empregar letras maiúsculas iniciais (nome próprio) quando se faz referência à rede, e letras minúsculas, aos cidadãos que cuidam de horta(s).

Nos *workshops* ministrados pelas jornalistas, tomou-se a iniciativa de criar uma lista de *e-mails* para que os alunos pudessem trocar informações sobre horticultura urbana. Mas a expansão da rede ocorreu em julho de 2011, quando a lista de e-mails evoluiu para a criação de um grupo no *Facebook*, agregando pessoas de diferentes partes da cidade e do país em um fórum virtual, cujas discussões poderiam se tornar públicas e as decisões tomadas por seus membros, mais horizontalizadas. A Internet também possibilitou que membros dos Hortelões Urbanos comesçassem a se organizar virtualmente para promover encontros presenciais, com a finalidade de criar estratégias de ocupação do espaço público para fins de horticultura comunitária.

O primeiro encontro presencial ocorreu quase um ano depois, em

maio de 2012, em uma padaria no bairro da Vila Madalena, na Zona Oeste da capital paulista. Um dos desdobramentos desta primeira reunião foi a criação de grupos de trabalho, a fim de perseguir o objetivo de atuar diretamente em espaços públicos da cidade. Em encontros subsequentes, hortelões inspirados por práticas de *guerrilla gardening* resolveram partir para a ação e, como se diz entre os ativistas da causa, “colocar a mão na terra”. A materialização da primeira horta comunitária fruto deste tipo de ativismo na cidade de São Paulo, consequente à articulação em rede dos Hortelões Urbanos, foi a Horta das Corujas, localizada na Praça das Corujas (oficialmente Praça Dolores Ibárruri), na Vila Beatriz, bairro vizinho à Vila Madalena¹.

Nem todos os pioneiros dos Hortelões Urbanos, ou que participaram de sua primeira reunião presencial, envolveram-se com a vida cotidiana da Horta das Corujas. Há quem tenha percorrido caminhos distintos no que se refere a práticas ativistas de expressão ambientalista. Em 2012, contudo, os integrantes mais engajados com a rede chegaram a escrever um manifesto, que expôs os benefícios da agricultura urbana enquanto alternativa à lógica produtiva (e produtivista) da agricultura industrial e da sociedade de consumo.

Direcionado à busca por autonomia alimentar, o manifesto dos Hortelões Urbanos destacava: I. os grandes impactos socioambientais provocados pelo agronegócio, tais como a dependência de agrotóxicos e a concentração de terra; II. que não deveria haver hierarquias na relação campo-cidade; III. a necessidade de estabelecer parcerias com pequenos produtores agroecológicos e de criar redes locais de comércio justo para fazer frente ao agronegócio; IV. a valorização dos conhecimentos agrícolas ancestrais, unindo os saberes tradicionais ao conhecimento científico moderno; V. o compartilhamento de conhecimento e recursos; VI. o compromisso de cultivar alimentos de forma menos artificial, gerando riquezas sem degradar o ambiente natural, sem explorar outros seres humanos e incentivando o compartilhamento equitativo do espaço público pelas pessoas; VII. que a agricultura urbana promoveria o senso de cidadania, possuindo um potencial educativo, criando comunidades solidárias, contribuindo para a boa convivência no espaço público, celebrando a diversidade e combatendo a impessoalidade da vida na cidade; VIII. a valorização do contato com a terra, da reconexão com os ciclos da natu-

reza, da profissão do agricultor no campo e na cidade, do sabor e das qualidades nutritivas dos alimentos livres de agrotóxicos, frescos e sazonais; IX. que a cidade integra o ecossistema e, por isso, o planejamento urbano deveria incorporar os fluxos da natureza em suas decisões¹.

O conteúdo do manifesto, como é possível constatar, incluía a agricultura (e a horticultura) urbana em uma pauta ativista muito mais ampla. Porém, com a rápida adesão de pessoas de diferentes partes do Brasil (e até mesmo do mundo) ao grupo, no *Facebook*, foi-se diluindo o objetivo de estruturar uma unidade político-ideológica aos Hortelões Urbanos. Muitos dos novos membros conectados via rede social não conheciam a origem e o manifesto daquele coletivo que se expandia exponencialmente, por isso, não poderiam ser representados politicamente enquanto parte de um possível e embrionário movimento social.

Dessa forma, os Hortelões Urbanos tornaram-se uma rede de troca de informações online sobre a produção de alimentos na cidade, sem uma articulação que lhe conferisse identidade e unidade políticas. A expressão “hortelão urbano” passou a ser genericamente empregada para designar uma modalidade de agricultor urbano, mais precisamente, o cidadão que não é agricultor de profissão, nem que exerça tal atividade como principal fonte de renda, podendo ser ativista ou não, mas que faz uso do espaço urbano (público ou privado) para cultivar alimentos em escala doméstica ou comunitária.

O grupo no *Facebook* apresenta uma grande heterogeneidade de público, cujos comentários postados geralmente apresentam: pedidos de sementes e mudas; esclarecimentos e dúvidas sobre poda, manejo adequado, controle de pragas, uso de equipamentos e materiais, plantas comestíveis ou não, nome de espécies etc.; fotografias de plantas para mostrar aspectos positivos ou negativos do cultivo realizado.

Embora os Hortelões Urbanos não tenham se estruturado enquanto movimento social organizado, sua expressividade em número de seguidores na rede social e as ações ativistas de alguns de seus membros findaram por lhe conferir relevância política, na capital paulista, no que se refere à horticultura urbana em espaços públicos. Muitos dos cidadãos envolvidos na materialização e manutenção de hortas comunitárias localizadas especialmente no Centro Expandido de São Paulo têm conheci-

mento dos Hortelões Urbanos e reconhecem o papel que a rede possuiu para induzi-los à prática cotidiana da horticultura urbana. Em 2015, à época da aprovação da Lei nº 16.212, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, o então vereador e autor do projeto, Nabil Bonduki (PT), chegou a fazer menção à rede, afirmando:

[...] as iniciativas dos paulistanos para a ocupação cidadã das praças têm aumentado. Movimentos e coletivos como os Hortelões Urbanos, Movimento Boa Praça, Ocupe e Abrace Praça da Nascente Iquiririm, Rios e Ruas, entre outros, vêm trazendo vida às praças paulistanas e contribuindo para a requalificação desses espaços públicos, trazendo de volta um conceito básico da cidadania que andava meio esquecido: o significado da palavra público – que quer dizer de todos, e não de ninguém.⁸

Vincula-se aos Hortelões Urbanos, portanto, o processo embrionário de materialização de hortas comunitárias na cidade de São Paulo, mesmo que inviabilizada a tentativa de representar (politicamente) todos os seus aderentes, até porque não existiu uma estrutura formalmente organizada para este fim. A rede possuía, até fevereiro de 2023, 84,5 mil membros no *Facebook*. Mesmo vetando publicidade e posicionamento político-partidário em sua página, além de não se tratar de uma organização que promova qualquer tipo de atividade, os Hortelões Urbanos estão associados ao imaginário coletivo enquanto grupo de apoio à agricultura urbana de base agroecológica ou permacultural. Por isso, é um mecanismo pelo qual ativistas de diferentes regiões podem se conectar e se identificar uns aos outros, além de ser um canal estratégico para solicitar apoio e uma ferramenta propulsora do ciberativismo (ativismo realizado via Internet).

Dos Hortelões Urbanos às hortas comunitárias

Tendo em vista o recorte apresentado neste capítulo, verificou-se que, no intervalo de uma década (2012-2022), uma dezena de iniciativas conseguiu se perenizar na cidade de São Paulo em uma variedade de es-

paços públicos: Horta do Ciclista, na Avenida Paulista; Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP), na Vergueiro; Horta das Flores, na Mooca; Horta do Parque Linear Zilda Arns, em Sapopemba; Horta das Corujas, na Vila Beatriz; Horta da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em Pinheiros; Horta Madalena, na Vila Madalena; Batatas Jardineiras, no Largo da Batata, em Pinheiros; Horta da City Lapa; e Horta da Saúde (estas duas últimas, nos bairros de mesmo nome).

Neste processo, a materialização da Horta das Corujas incentivou o aparecimento de outras hortas, mostrando-se possível este tipo de ativismo nos espaços públicos, fossem eles institucionais ou de livre acesso. Cidadinos interessados por este tipo de experiência chegaram a frequentar as Corujas em algum momento, tanto antes quanto durante o processo de materialização das demais iniciativas com as quais se engajaram. Logo, a Horta das Corujas foi uma primeira base real – um laboratório experimental – a quem quisesse participar e aprender sobre a dinâmica de uma horta comunitária.

A Prefeitura de São Paulo, por sua vez, não possuía um procedimento único e oficializado para o fornecimento insumos e materiais às hortas, mesmo porque, ainda carece de uma política ou de um programa específico para atender a este tipo de demanda. No entanto, devido ao engajamento de muitos hortelões em conselhos participativos e após as rodadas de negociações informais com o poder local, as subprefeituras e os departamentos municipais podem vir a ceder materiais excedentes que não são usados para os serviços públicos gerais, mas nunca fornecidos de maneira formalizada e regular. A responsabilidade e a organização dos espaços de plantio são inteiramente de responsabilidade dos hortelões, que se desdobram entre si para conseguir doações ou para comprar o que é necessário.

Ademais, a questão hídrica continua sendo um dos grandes desafios para a existência das hortas paulistanas. Como não é autorizada a ligação de água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) em praças públicas, os hortelões precisam encontrar suas maneiras para manter as plantas vivas. Há casos em que as hortas estão em espaços públicos institucionais, abastecidos com água da rede de abastecimento, embora se priorize economizá-la mediante instalação de

cisternas. Nos demais casos, torna-se indispensável a captação da água da chuva (cisternas) ou o armazenamento da água do lençol freático (cacimbas). Outra solução possível, desde que a produtividade seja colocada em segundo plano, é a adaptação aos ciclos naturais, em que apenas as espécies mais resistentes à carência hídrica sobreviverão na estação seca.

No que se refere à demarcação física dos canteiros, respeita-se a democratização do espaço hortícola, não havendo parcelas individualizadas, possibilitando que todos os hortelões possam plantar e colher em todo o conjunto territorial cultivável. Para fins organizacionais, costuma-se identificar as parcelas com o processo em curso: se as espécies acabaram de ser replantadas, se se deve esperar para interferir no local, se já é o momento da colheita ou, ainda, se é uma porção reservada a alguma escola da vizinhança. Aos interessados, basta engajar-se com a iniciativa e começar a frequentar os mutirões ou encontros periódicos. O meio de comunicação mais fácil continua sendo o Facebook, onde as hortas possuem páginas próprias para postar suas atividades e trocar informações entre os voluntários e os demais interessados.

Quanto à biodiversidade, as referidas hortas são cultivadas segundo os princípios da agroecologia e/ou da permacultura. Mesmo quando nem todos os conhecimentos sejam amplamente dominados pelos hortelões, aqueles termos fazem parte de seu vocabulário para explicar os métodos de cultivo de que fazem uso, e há um esforço constante em realizar atividades, geralmente nos fins de semana, nos quais são trazidos especialistas para palestrar e ministrar oficinas, na tentativa de ampliar o conhecimento prático sobre tais temáticas. Os canteiros misturam as espécies, segundo o método do plantio consorciado, e costumam conter placas explicativas de fins pedagógicos. Além da atenção dada às PANC, as flores também foram ganhando espaço nos últimos anos, graças às campanhas dos ativistas em prol das abelhas nativas sem ferrão.

Dos Hortelões Urbanos à União de Hortas Comunitárias de São Paulo (UH CSP)

A fim de fortalecer politicamente as iniciativas de hortas comunitá-

rias da capital paulista, de trocar experiências e de prestar ajuda mútua, em março de 2018, surgiu a UHCSP. O coletivo reúne representantes das iniciativas que consideram hortas comunitárias aquelas que: I. não usam insumos químicos e agrotóxicos; II. respeitam a natureza e seguem os princípios da agroecologia e da permacultura; III. o uso do espaço, o trabalho nele realizado, a sua gestão e a colheita são coletivos, colaborativos e inclusivos; IV. promovem atividades de educação ambiental gratuitas e abertas ao público; V. compartilham a colheita livremente entre os voluntários e a comunidade local.

Este coletivo de hortas não constitui uma organização associativa formal, com estatuto e sede administrativa, mas promove eventos e realiza ações no espaço urbano mesmo sem possuir um estatuto ou uma lógica burocrática formal de funcionamento. Seus integrantes fazem reuniões mensais para discutir a respeito dos caminhos possíveis de atuação em prol das hortas comunitárias paulistanas, traçando estratégias de comunicação para lidar com o poder público e com o conjunto da sociedade civil, nas mais diversas frentes de atuação: em conselhos participativos, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), na produção de pesquisa científica, junto a instituições de apoio à causa etc.

As pessoas que geralmente conduzem as reuniões são lideranças que também encabeçaram a criação das hortas comunitárias, ou que trabalham em alguma frente (pesquisa acadêmica, artes, poder público, setor privado etc.) para o avanço da legitimação e das ações do coletivo. O lançamento oficial da UHCSP deu-se em um passeio ciclístico, que partiu da Horta da Saúde, na Zona Sul da capital, e terminou no Largo da Batata, na Zona Oeste, junto à iniciativa do coletivo Batatas Jardineiras. Este tipo de evento é um exemplo de ação da UHCSP, que, a partir do custo zero de investimento e sem a necessidade de apoio formal do poder público para a sua realização, é capaz de chamar a atenção para as iniciativas hortícolas, fomentando a participação cidadã em torno da causa e fortalecendo a rede de atuação entre os próprios ativistas das diversas hortas, que se veem obrigados a trabalhar juntos em prol de uma atividade coletiva.

A UHCSP acabou ocupando um lugar que já foi pretendido pelos Hortelões Urbanos, aquele de centralizar o conjunto de ações e de atores envolvidos diretamente com as hortas comunitárias de São Paulo. A

UHCSP também divulgou um manifesto, basicamente o mesmo já elaborado pelos Hortelões Urbanos anos atrás. A criação da UHCSP preenche, então, a lacuna de colocar os principais ativistas em torno de uma mesa de discussões para refletirem, mensalmente, sobre suas ações e coordenarem, coletivamente, suas próximas estratégias. Ao mesmo tempo, a UHCSP passa a centralizar as buscas feitas por outras pessoas e instituições sobre as hortas comunitárias de São Paulo, tratando-se de um novo meio de contato direto com as iniciativas hortícolas que se perenizaram e assumindo o papel de “coletivo oficial” das hortas comunitárias paulistanas.

A UHCSP também se articula com diversos atores da agricultura urbana de São Paulo, sejam eles pertencentes ou não às hortas comunitárias, como representantes de associações de agricultores, de movimentos sociais, integrantes de coletivos de agricultura urbana da periferia da cidade e de instituições de pesquisa e ensino, e cujas pautas de discussão são bastante abrangentes: festa de aniversário de alguma horta; projetos municipais de reforma de praças que possuem hortas; resolução de problemas cotidianos (sanitários, em relação à água, manejo do composto orgânico, roubo de mudas etc.); carência de banheiros públicos em São Paulo; criação de campanhas para soltar nas redes sociais a fim de provocar o poder público e mobilizar a opinião pública; balanço do que foi discutido em conselhos participativos do município; aproximação com os demais ativismos, organizações não governamentais e movimentos sociais; agendamento de mutirões coletivos e oficinas em geral; divulgação de novas pesquisas científicas, artigos e notícias sobre a temática; divulgação de eventos; organização para responder a chamadas públicas e editais abertos, bem como para a captação de insumos e materiais distribuídos pela prefeitura ou por organizações não governamentais.

Considerações finais

Fez-se, aqui, um recorte da relação entre hortas urbanas e ativismo a partir da estruturação da rede dos Hortelões Urbanos, mas evidentemente existem outras iniciativas hortícolas de expressão ativista na cidade de São Paulo e a *agricultura urbana como ativismo* não se encerra nas

experiências que foram abordadas neste capítulo. É de grande relevância, contudo, apontar que a rede dos Hortelões Urbanos pretendia, inicialmente, preencher uma lacuna no que se referia à mobilização política em torno da horticultura urbana e à consequente atuação direta dos cidadãos nos espaços públicos.

Ressalta-se que as hortas comunitárias de São Paulo surgem em meio a uma informalidade jurídica e/ou institucional, isto é, sem contar necessariamente com uma formação associativa entre os hortelões, o que pode contribuir para uma insegurança quanto à sua legitimidade. Mas, dialeticamente, uma vez descoladas de amarras legalmente instituídas e de um conjunto de regras prévias que ditam como elas devem ser orquestradas cotidianamente, finda-se por materializar uma espontaneidade cidadã que é bastante particular da realidade paulistana.

Esta informalidade na maneira de conduzir a rede ativista em prol das hortas comunitárias permite maior maleabilidade nas tomadas de decisão e facilita o entrosamento entre os diferentes hortelões, que não disputam cargos ou postos de maior importância, como tende a ocorrer nas tradicionais organizações de estrutura hierarquizada. Por outro lado, verifica-se a existência muito mais de espaços de debate coletivo do que de um polo para o real sustento e garantia de perenidade das hortas. A falta de apoio estatal às hortas comunitárias deve-se, em parte, à própria ausência de uma organização que as represente formalmente.

Como o próprio termo sugere, as hortas comunitárias reúnem, em suas atividades cotidianas, a comunidade do entorno, em especial os hortelões que dispenderam mais tempo de trabalho para a sua materialização e posterior manutenção. As hortas tendem a democratizar as formas de uso e apropriação do espaço público. Mesmo que muitas pessoas que passem por elas não sejam hortelões permanentes, nem ativistas da causa, acabam fazendo uso do local, colhendo ou plantando alguma espécie vegetal, trocando informações com algum voluntário, ou se permitindo a um mero descanso temporário. Assim, as hortas comunitárias ressignificam o cotidiano, em um processo no qual os cidadãos reivindicam a cidade enquanto espaço coletivo e democrático.

Referências

1. Nagib G. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas [dissertação] [internet]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2016. [acesso em 5 fev 2023]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>.
2. Nagib G. O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo [tese] [internet]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2020. [acesso em 5 fev 2023]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/pt-br.php>.
3. Mougeot LJA, editor. Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture. Londres: Earthscan; 2005.
4. Smit J, Nasr J, Ratta A. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. EUA: The Urban Agriculture Network; 2001.
5. Reynolds R. On guerrilla gardening: a handbook for gardening without boundaries. Reino Unido: Bloomsbury; 2009.
6. Nagib G, Lemos AIG. A horticultura de guerrilha (guerrilla gardening): uma cronologia de casos representativos em diferentes contextos. In: Suzuki JC, Araújo GCC, Bitelli FM, organizadores. Culturas alimentares na América Latina. São Paulo: FFLCH/USP; 2021. p. 94-127.
7. Kinupp VF, Lorenzi H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum; 2015.
8. A gestão participativa das praças: a ocupação dos espaços públicos precisa ser resgatada. Rev Carta Capital [internet]. 2015; [acesso em 05 fev 2023]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cidadania-socioambiental-e-mudanca-cultural-3704/>.